



O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO EM LITERATURA

Rodrigo Rizério de Almeida e PESSOA¹

RESUMO: Trata-se de apresentar o problema da representação em literatura a partir das reflexões de Compagnon em *O Demônio da Teoria*, em que se tencionam duas posições antitéticas a respeito daquilo sobre o que fala a literatura: a posição dos adversários da mimésis e aquela de seus defensores. O texto, em primeiro lugar, examina o conceito de representação à luz de Chartier para se debruçar em seguida especificamente sobre as análises de Schwarz do romance machadiano. Tendo presente a questão acerca da representação em literatura tal como a problematizou Compagnon, o texto examina, a partir de Schwarz, o referente do romance machadiano, sustentando que a literatura aqui não se pode entender como autoreferenciada, visto que o referente do texto literário, em Machado, é o contexto social e político do Brasil de então. O texto defenderá, por fim, que a realidade se faz presente na ficção, ainda que estetizada.

PALAVRAS-CHAVE: Representação. Mimésis. Romance machadiano.

THE PROBLEM OF REPRESENTATION IN LITERATURE

ABSTRACT: It is about presenting the problem of representation in literature from the reflections of Compagnon in *The Demon of Theory*, in which two antithetical positions regarding what the literature talks about: the position of the opponents of the mimesis and that of its defenders. The text first examines the concept of representation in the light of Chartier and then looks specifically at Schwarz's analyzes of the Machado's novel. Bearing in mind the question about representation in literature as problematized by Compagnon, the text examines, from Schwarz, the referent of the Machado's novel, maintaining that the literature here cannot be understood as self-referenced, since the referent of the literary text, in Machado, it is the social and political context of Brazil at the time. Finally, the text will defend that reality is present in fiction, even if aestheticized.

KEYWORDS: Representation. Mimesis. Machado's romance.

¹ Doutor em Filosofia pela UNIFESP. Professor EBTT no IFBA/Ilhéus. Endereço eletrônico: <roripessoa@outlook.com>.

INTRODUÇÃO

O texto a seguir visa problematizar o conceito de representação na literatura, examinando, para tanto, as análises teóricas realizadas por Schwarz em *Ao vencedor as batatas* e em *Um mestre na periferia do capitalismo*. O exame desses textos revelará se, e em que sentido, pode-se dizer que a literatura imita (representa) a realidade ou se, ao contrário, seu referente é ela mesma. Dito de outro modo, questionaremos as relações entre a representação literária e o mundo vivido, mostrando que, no caso do romance machadiano tal como o lê Schwarz (e, extensão possível, que, contudo, não exploraremos aqui: do romance brasileiro) essas relações são de intimidade e não de exclusão mútua.

Para o exame desse problema, contudo, é preciso tecer previamente algumas considerações a respeito do problema da representação como tal, para o que faremos uso das reflexões de Chartier sobre o tema. Com Chartier, além de conceituar com mais precisão o que significa representação, problematizaremos também os limites – nem sempre facilmente distinguíveis – entre literatura e realidade, dessa vez à luz do debate acerca das fronteiras entre história e literatura.

Esse debate, porém, se torna ainda mais consistente quando pensado à luz das pesquisas realizadas por Compagnon, especificamente suas conclusões a respeito do problema da *mimesis* em literatura expostas em *O demônio da teoria*. Portanto, Schwarz nos auxiliará a pensar os elementos do romance machadiano que nos permitem problematizar se há aí ou não representação da realidade; Chartier nos ajudará a entender o que significa representação e Compagnon a pensar esse problema na literatura a partir do debate em torno da *mimesis*.

REPRESENTAÇÃO E *MIMESIS* EM LITERATURA

Iniciemos nosso percurso com a questão, levantada por Compagnon em *O demônio da teoria* (1999, p. 95): sobre o que fala a literatura? Ora, quando se pensa na relação entre literatura e realidade, o usual tradicionalmente foi pensar essa relação a partir do conceito de *mimesis*. Algumas correntes da teoria literária, contudo, diz ainda Compagnon, passaram a questionar a ideia de *mimesis*, sustentando a autonomia da literatura ou sua autorreferencialidade (COMPAGNON, 1999, p. 95). Pretendeu-se, pois, banir a *mimesis*, ainda que a teoria literária permanecesse reivindicando sua filiação à poética de Aristóteles, na qual, porém, a *mimesis* desempenha um papel fundamental. O que se dá aqui, explica Compagnon, é uma mudança no sentido do termo *mimesis*, que se desvia da verossimilhança natural para uma verossimilhança cultural, com o que se pode propor uma poética anti-referencial apoiada, contudo, em Aristóteles (COMPAGNON, 1999, p. 102).

Compagnon, entretanto, não dá seu assentimento a essas perspectivas antimiméticas, mas tenciona os dois pontos de vista antitéticos: de um lado, aqueles que defendem a *mimesis* e sustentam que o referente da literatura está no mundo e, de outro, aqueles para quem o referente da literatura não é senão ela mesma. Para Compagnon, porém, fugindo das duas alternativas, trata-se isso sim de reabilitar a *mimesis*, o que para ele implica em localizar seu justo lugar. Para levar a cabo essa reabilitação, menciona, entre outros, Ricoeur, para quem a *mimesis* seria fundamental para que o leitor pudesse, por assim dizer, produzir a intriga, na medida em que a *mimesis* seria algo como uma operação, um ato, através do qual o leitor ou espectador seria capaz de conferir sentido à totalidade da narrativa. Ricoeur fala, pois, em inteligência mimética, que funcionaria por meio de um “padrão de ordem” a tornar logicamente coerente a intriga (COMPAGNON, 1999, p. 129).

O que defende Compagnon é então a necessidade de escapar da violência da lógica binária e maniqueísta – fundo ou forma / descrição ou narração / representação ou significação – que não pode para ele conduzir a lugar algum. Antes, a literatura precisa ser vista como “[...] o próprio entrelugar, a interface [...]” (COMPAGNON, 1999, p. 138).

O referente da literatura, portanto, na leitura de Compagnon, está no meio do caminho – na terceira margem, como talvez sugeriria Guimarães Rosa – entre a realidade transcendente ao texto² e à imanência das obras. De nossa parte, entendemos que a literatura representa sim a realidade, desde que se não entenda essa representação como a transcrição fiel do mundo social/político para o interior do texto literário. Mesmo quando uma obra literária menciona personagens históricos³, ela o faz na medida em que os insere na ficção e os torna também personagens de ficção. Parece, portanto, que em literatura a representação tem um estatuto próprio, distinto ou não idêntico com o que se entende por representação, por exemplo, na história. Vejamos o que Chartier nos pode ensinar sobre isso.

Pois bem, em *Defesa e Ilustração da noção de Representação* Chartier, depois de apresentar algumas objeções ao uso da categoria de representação, insiste na defesa da noção, ainda que estigmatizada de relativista ou idealista, e o faz na medida em que entende que não há história se não se articulam “[...] as representações das práticas e as práticas da representação.”

2 De resto, poder-se-ia questionar não apenas a literatura mas se a linguagem em geral é capaz de representar o real e mesmo: se é possível com certeza definir o que é o real. Diz, com efeito, Nietzsche: “O que é uma palavra? A transposição sonora de uma excitação nervosa. Mas, concluir a partir de uma excitação nervosa uma causa primeira exterior a nós, isso é já até onde chega uma aplicação falsa e injustificável do princípio da razão. Se a verdade tivesse sido o único fator determinante na gênese da linguagem e se o ponto de vista da certeza o fosse quanto às designações, como teríamos então o direito de dizer, por exemplo, que esta pedra é dura, como se conhecêssemos o sentido de duro de outro modo que não fosse apenas uma excitação totalmente subjetiva? Classicamos as coisas segundo os gêneros, designamos l’arbre como masculino e a planta como feminino: que transposições arbitrárias! A que ponto estamos afastados do cânone da certeza! (NIETZSCHE, 2001, p. 10).

3 Veja-se o caso de Santa Evita e do romance histórico em geral na literatura hispânica.

(CHARTIER, 2011, p. 16). Nesse sentido, seja qual for a fonte documental mobilizada, entende o autor que ela nunca terá uma relação transparente com as práticas que designa. A representação das práticas, com efeito, teria razões, códigos, finalidades e destinatários particulares, cuja identificação seria condição obrigatória para entender as situações ou práticas objeto da representação. O autor pondera ao mesmo tempo que sua posição metodológica não reduz ou anula as práticas nos discursos e as representações que as descrevem, as proíbem ou organizam.

Dito isso, Chartier volta-se em seguida para as definições possíveis da noção de representação. Chama a atenção, entre outros, para aquele que seria o modelo mais operacional construído para explorar o funcionamento da representação moderna, isto é, o que explicita sua dupla dimensão: transitiva, mediante a qual toda representação representa algo, e a reflexiva, segundo a qual toda representação se apresenta representando algo (CHARTIER, 2011, p. 19). Veja-se o exemplo da representação do monarca em uma sociedade cristã. Como a Eucaristia, o retrato do rei, sua imagem ou um texto escrito, seria ao mesmo tempo a representação de um corpo histórico ausente ou a ficção de um corpo simbólico e, por outro lado, a presença real de um corpo sacramental, que se faria visível nas espécies que o dissimulam.

O que estaria em jogo aqui é como a noção de representação pode modificar profundamente a compreensão do mundo social. A dominação política, com efeito, se respaldou muito na ostentação de formas simbólicas, na representação do poder monárquico, que se fazia sentir mesmo na ausência do rei mediante os signos que indicavam sua soberania. As lutas de representação, assim, se devem entender como uma operação de construção do mundo social e se ligam à incorporação da estrutura social dentro dos indiví-

duos através das representações mentais, graças as quais o exercício da dominação se pode traduzir em violência simbólica (CHARTIER, 2011, p. 22).

Nesse sentido, respondendo às críticas que lhe são dirigidas, Chartier entende que a noção de representação não está longe do real ou do social. Ao contrário, ajuda a se desfazer da ideia pobre de real com que tradicionalmente se operou e a focar antes na força das representações, interiorizadas ou objetivadas: “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.” (CHARTIER, 2011, p. 23).

Se não se pode prescindir da noção de representação, como o defende Chartier, também é preciso levar em conta, porém, o problema da ilusão referencial, que, de fato, ameaça a representação histórica. Já Barthes notara, observa Chartier, que os modos dessa ilusão não são os mesmos na narrativa histórica e no romance, o qual, abandonando a estética da verossimilhança, teria multiplicado as notas realistas destinadas a dar um efeito de realidade na ficção. A narrativa histórica também precisa garantir um efeito de real em seu discurso, mas o faz mediante indícios ou provas como citações, fotos, documentos. Mesmo isso, contudo, não seria suficiente para proteger a narrativa da ameaça da ilusão referencial. É o que mostra o caso da biografia de Josep Torres Campalans, escrita por Max Aub.

Conforme o mostra Chartier, o livro mobiliza todas as técnicas que credenciam ou legitimam o relato histórico em sua pretensão de objetividade. Assim, apresenta fotografias dos pais de Campalans, ou que mostram o pintor na companhia de Picasso, reproduz suas declarações em jornais parisienses e até mesmo alguns de seus quadros, supostamente expostos em Nova York. Apesar disso, Josep Campalans nunca existiu, não sendo senão uma invenção de Max Aub (CHARTIER, 2011, p. 28). O que

sustenta o efeito de realidade na narrativa histórica (o acervo de documentos, testemunhos e provas), portanto, não é garantia de que esta narrativa escape completamente da possibilidade da ilusão referencial.

Chartier dá outros passos em sua reflexão sobre o problema da representação em *O passado no presente. Ficção, história e memória*, publicado no Brasil no dossiê *Roger Chartier: as forças das representações*. Dessa vez o autor volta sua atenção para três temas: a construção do passado pelas obras literárias; b) a presença do passado da literatura em cada momento da escrita literária; e c) a concorrência entre as representações do passado na ficção narrativa e no saber histórico (CHARTIER, 2011, p. 95).

Inicialmente, Chartier afirma que a escrita literária é capaz de apreender as energias das linguagens, ritos e práticas sociais. E a energia que foi transferida para a literatura retorna, por sua vez, ao mundo social pela apropriação de leitores ou espectadores. Enfim, “[...] a obra define ou organiza experiências físicas ou mentais, quaisquer que elas sejam.” (CHARTIER, 2011, p. 97).

Ora, entre as realidades que circulariam entre o mundo social e as obras literárias estaria precisamente a representação do passado. Como seu interesse maior no texto é o teatro, afirma Chartier que a história no teatro pode ser caracterizada pelas distorções das crônicas e a transfiguração dos acontecimentos para propor à imaginação dos espectadores mais arquétipos e menos circunstâncias (CHARTIER, 2011, p. 101). O autor exemplifica seus argumentos recorrendo às histórias de Shakespeare, através das quais ilustra como se estabelece uma contemporaneidade entre as ansiedades e as expectativas do público e a instabilidade do sentido da história que a representação teatral presentificaria (CHARTIER, 2011, p. 102).

O campo literário, por seu lado, assim o defende Chartier, caracteriza-se por sua relação com o desenvolvimento de seu passado, o qual repete ou renega. O domínio da história do campo seria determinante na luta de legitimação do escritor. O conhecimento do passado do campo opõe, por outro lado, os sábios que o conhecem e os ingênuos, que o ignoram. Entretanto, Chartier, retomando Bordieu, defende que os campos culturais se caracterizam pela presença nunca apagada, mas antes sempre reativada, de seu passado, passado cuja presença, sustenta Chartier, nem só os doutos percebem (CHARTIER, 2011, p. 114). Não nos parece, contudo, que aqui Chartier esteja a defender que a literatura imita exclusivamente o seu passado, como se a representação na literatura tivesse como referente apenas outros textos, conforme entendem alguns dos teóricos examinados por Compagnon. É o caso, por exemplo, de Jakobson, para quem, conforme o diz Compagnon, a mensagem poética está subtraída à referencialidade, visto que ela é para si mesma sua referência, de acordo com os clichês do autotelismo e da autorreferencialidade (COMPAGNON, 1999, p. 98). Não nos parece, enfim, que Chartier compartilhe desse tipo de perspectiva, embora problematize a ilusão referencial, que a literatura compartilharia mesmo com a histórica.

Mas a literatura é vítima sempre e incondicionalmente da ilusão referencial? Ou ainda: seu referente é sempre uma ilusão, uma “mentira”, tal como diria Nietzsche?⁴ Vimos que a narrativa histórica tenta escapar da ilusão referencial mediante o uso de uma série de técnicas que visam assegurar o efeito de realidade de seu discurso. Mas a literatura pode fazer uso dessas mesmas técnicas para produzir, contudo, uma ficção. Se a lite-

4 Cf.: NIETZSCHE, Friedrich. “Verdade e Mentira no Sentido Extramoral”. Trad. Noéli Correia de Melo Sobri-
nhi. In.: *Comum*. Rio de Janeiro, v.6, -n. 17, pp. 05 a 23, jul./dez. 2001.

ratura, mesmo quando usa das técnicas que na narrativa histórica garantem para ela um efeito de realidade, produz, mesmo então, sempre uma ficção, seu referente, portanto, jamais é “real”? Ora, o caso a seguir torna ainda mais agudos esses problemas.

Com efeito, Marcia Abreu em *As Memórias do Outro* comenta algumas das ideias de Chartier apresentadas acima, sobretudo os problemas em torno da biografia inventada de Max Aub, mas parte de um caminho inverso àquele de Chartier. De fato, Abreu apresenta o caso em que um conjunto de leitores dá maior credibilidade à literatura do que ao saber histórico no que diz respeito ao acesso à informação sobre o passado. Trata-se da literatura de folhetos nordestina, especificamente os “folhetos de acontecido” (ABREU, 2011, p. 126). Esse tipo de literatura teve início no final do século XIX, quando poetas que se apresentavam oralmente em grandes concentrações de público adquiriram prensas mecânicas manuais descartadas por tipografias que as substituíam por prensas mecânicas. A partir de então muitos poetas montaram pequenas gráficas, muitas vezes em casa, para a impressão de suas criações. Os folhetos se dividiam em a) desafios e pelejas, b) romances e c) folhetos do acontecimento (ABREU, 2011, p. 126). Estes últimos se prendiam a fatos reais e os relatavam em versos. Esse tipo de narração usava de recursos literários como a narração em primeira pessoa e montava poeticamente a história que pretendia narrar, dotando de sentido a vida de criminosos. Dito de outro modo: não se tratava de apenas noticiar fatos, mas de criar em torno deles narrativas completas, que a linguagem poética dotava de inteligibilidade, conferindo sentido ao conjunto da intriga, dentro da qual os fatos “acontecidos” tinham lugar. O interessante é que muitas pessoas davam mais credibilidade ao folheto do que ao noticiário do rádio, e isso, diz Abreu, apresenta-

vam os acontecimentos conferindo-lhes coerência e os inserindo em um sistema de valores próprio à comunidade (ABREU, 2011, p. 129). Neste caso, como observa Abreu, “[...] são os procedimentos narrativos que contribuem para criar um efeito de verdade, tornando os fatos possíveis de se acreditar.” (ABREU, 2011, p. 130).

No caso apresentado por Abreu, o referente não é manifestamente outros textos literários, mas a própria realidade. Os folhetos de acontecido tinham a pretensão de narrar fatos reais, embora o fizessem com recurso à linguagem poética, o que, entretanto, longe de diminuir a credibilidade da narração, era, ao contrário, o critério que legitimava a história. O tipo de linguagem desses folhetos e os recursos literários de que faziam uso conferiam inteligibilidade ao que era narrado, acentuando aqui, conforme notou Compagnon, como a *mimesis* pode funcionar como um ato cognitivo, aquilo que Ricoeur chamava de “atividade mimética” (COMPAGNON, 1999, p. 131). Com efeito, Ricoeur defendia, explica Compagnon, que não há outro caminho em direção ao mundo ou outro acesso ao referente senão contando histórias. Aqui, a *mimesis* não é entendida, porém, como uma cópia estática, segundo o modelo pictural, mas como um ato cognitivo que não simplesmente imita, mas produz o que é representado (COMPAGNON, 1999, p. 131).

No caso da biografia inventada de Max Aub, a narrativa, fazendo uso das técnicas que conferem efeito de realidade ao discurso, produz uma ficção. No caso dos folhetos de acontecido, a narrativa, fazendo uso das técnicas próprias da linguagem poética, reproduz fatos reais. Entretanto, essas histórias narrados aqui nos folhetos de acontecido, embora noticiem fatos realmente acontecidos, reproduzem efetivamente fatos “reais”? Os personagens, ainda que históricos (reais), quando ficcionalizados, ainda

se podem considerar reais? O referente da literatura, ainda que existente, é de fato real? Quando na voz dos poetas, esses personagens continuam a ser quem são no mundo dito real? Essas perguntas, que não pretendemos responder aqui, nos conduzem, porém, para a conclusão de Compagnon já exposta acima: nem se trata de assentir com a tese antimimética nem de aderir de todo aos postulados dos advogados da *mimesis*. A literatura não é uma coisa ou outra, mas “[...] o próprio entrelugar, a interface.” (COMPAGNON, 1999, p. 138).

Para nós, isso significa que a literatura não é uma simples reprodução da realidade, mesmo quando a imita – pois do contrário se confundiria com o jornalismo –, mas também não está completamente apartada da realidade, ainda quando pareça erigir mundos fantásticos (pensemos no caso da literatura de Kafka).

O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO EM MACHADO DE ASSIS

É seguindo a orientação teórica explicitada acima, isto é, de que a literatura não imita (copia) a realidade mas também não está completamente apartada dela, que leremos, à luz de Schwarz, os romances machadianos. O objetivo aqui é mostrar que o romance machadiano está intimamente ligado ao contexto social e histórico em que teve lugar, embora, ao mesmo tempo, levantando através dele questões que o ultrapassam. Em *Ao vencedor as batatas*, por exemplo, Schwarz investiga como nos primeiros romances machadianos se explicita o problema do favor, do paternalismo e das ambiguidades em torno da recepção pelas elites brasileiras do ideário de civilização burguês que emanava da Europa. Seriam, pois, as ambiguidades e contradições sociais do Brasil de então os referentes desses romances.

Os romances machadianos espelhariam também, aponta Schwarz, os conflitos decorrentes da existência de três classes de pessoas: o latifundiário, o escravo e o homem livre, o qual, contudo, embora “livre”, era de fato dependente daqueles que tinham posses. Se a relação entre os latifundiários e os escravos era clara, o mesmo não se dá com a multidão dos homens livres. De fato, sem ser proprietários nem proletários, o acesso à vida social e a seus bens dependia, no caso dos homens livres, do favor de algum grande. A caricatura dessa figura seria o agregado. É na relação entre o homem livre e os proprietários que, para Schwarz, tem lugar a vida ideológica nacional, regida, por consequência, pelos mecanismos que regem essa relação, mundo vivido que a representação literária machadiana irá presentificar em seus primeiros romances.

Além disso, o festejado progresso da civilização burguesa, cuja sobriedade remete à tradição racionalista da Ilustração, toma no Brasil, aponta Schwarz, uma função de mero ornato a marcar algum sinal de fidalguia. Ao passo que as ideias vindas da Europa eram celebradas como sintomas de modernidade, o país vivia concretamente sob a sombra do escravismo e do favor e essa ambiguidade ou “desconcerto” teria sido, para o autor, um ponto de partida nosso, isto é, uma sensação própria do Brasil de dualismo e contrastes rebarbativos, desproporções e disparates (SCHWARZ, 2000, p. 21).

Estendendo-se no tempo, o autor mostra que a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, os Reinados e as Regências, a Abolição, a Primeira República e persiste, diríamos nós, até os dias de hoje. Em toda essa dinâmica, porém, o ritmo de nossa vida ideológica teria sido outro, marcado pelos ventos que sopravam da Europa. A ambiguidade é evidente, visto que, em nosso país, a estrutura de la-

tifúndio pouco se modificava enquanto o país recebia as ondas barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e outras, ondas que, porém, vinham da Europa e refletiam as transformações na ordem social por que o continente passava (SCHWARZ, 2000, p. 25). Toda essa confusa recepção dos ventos europeus fazia com que a ideologia hegemônica do ocidente fizesse aqui uma figura ambígua, ou de mera mania entre outras.

De acordo com isso, uma vez que o nosso cotidiano se regia pelos mecanismos do favor, mecanismos incompatíveis, afirma Schwarz, com as tramas próprias do Realismo de influência romântica, a disparidade entre enredo e notação realista espelharia a justaposição de um molde europeu às aparências locais. Assim, fiel à realidade observada, que era a brasileira, e ao bom modelo do romance europeu, o escritor, ciente disso ou não, acabava por reeditar uma incongruência decisiva em nossa vida pensada (SCHWARZ, 2000, p. 42). A disparidade entre enredo e notação realista, aqui, longe de tornar o referente de nosso romance, por assim dizer, um fantasma, espelhava, ao contrário, as incongruências intelectuais do escritor e do país.

Schwarz, assim, busca pensar o romance à luz do conjunto das condições em que sua forma nasce, mostrando que uma forma sempre retém e reproduz algumas dessas condições, que passam a ser o seu “efeito literário” ou “efeito de realidade” ou enfim o mundo que significa. Em se tratando do romance brasileiro, portanto, não há que se falar em autorreferencialidade ou autotelismo, pois, conforme o mostra Schwarz, as condições sociais em que teve lugar a obra, nela, reaparecem em sua mesma lógica social “transcendente”, embora agora no plano da ficção. De acordo com isso,

[...] formas são o abstrato de relações sociais determinadas, e é por aí que se completa, ao menos a meu ver, a espinhosa passagem da história social para as questões propriamente literárias, da composição que são de lógica interna e não de origem. (SCHWARZ, 2000, p. 51)

Schwarz pondera, contudo, que apenas em teoria a forma literária e uma estrutura social – o referente transcendente – entram em confronto direto, visto que a estrutura social, sendo impalpável, embora real, não comparece “em pessoa” no livro. Aqui a leitura de Schwarz parece aproximar-se daquela de Compagnon, para quem não se trata de aderir nem às teses antimiméticas nem à defesa irrestrita da *mimesis*.

Feitas essas primeiras considerações teóricas, Schwarz passa a examinar os primeiros romances machadianos, observando que eles ainda eram deliberada e desagradavelmente conformistas, filiando-se à reação europeia de fundo católico e, assim, insistiriam na santidade das famílias e na dignidade da pessoa. Como mostra Schwarz, a família, de preferência abastada, seria a depositária da ordem e do sentido da vida. A vida familiar seria a esfera reparadora em que as disparidades sociais e naturais achariam consolo e sublimação. Mais ainda: agente civilizador e refúgio dos civilizados, a família seria o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas, e teria sido sob esse centro que gravitaram os primeiros romances machadianos (SCHWARZ, 2000, p. 89).

A investigação de Schwarz busca, pois, mapear, como já sinalizado, as ambiguidades e contradições em torno das relações entre, de um lado, os proprietários e a propriedade e, de outro, os homens livres, sem propriedade nem salário – visto que o trabalho cabia aos escravos, ficando o homem livre na dependência do favor dos proprietários e somente através

destes participavam da riqueza social. São essas algumas das questões que se fariam presente, por exemplo, em *Helena*.

Enfim, Schwarz entende que Machado tentou aqui, nos primeiros romances, analisar o arbitrário paternalista na perspectiva dos dependentes, a fim de livrá-los de sua dependência e garantir-lhes dignidade. Mais tarde, porém, ele estudará o movimento paternalista de modo mais explícito e transparente, trazendo-o ao primeiro plano e colocando-se agora no lugar dos proprietários. Para alçar a essa posição, diz Schwarz, uma condição necessária era o arbitrário não ser sentido como humilhação. E, diz o autor, Machado opera essa mudança no momento em que completa sua ascensão social. Em seus romances maduros, assim, o arbitrário será visto em intimidade humorística, própria de quem é seu praticante e não tem o que temer. Isto é, “[...] o ponto de vista passou a ser o de cima [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 230), como veremos a seguir a partir ainda de Schwarz, mas agora de seu estudo *Um mestre na periferia do capitalismo*.

Novamente aqui Schwarz questiona a relação, em Machado de Assis, entre a originalidade da forma e as situações particulares da sociedade brasileira no século XIX. O romance machadiano possuiria um referente bem preciso, isto é, o mundo social, político e cultural de então. A fórmula narrativa de Machado, continua Schwarz, consistiria em certa alternância de perspectivas, com o que se apura um jogo de pontos de vista que espelhariam o funcionamento da sociedade brasileira. Assim, “[...] o dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita”. (SCHWARZ, 2000, p. 11). A tese de Schwarz se explicita logo no início, a saber: “Há correspondência entre o estilo de Machado e as particularidades nacionais.” (SCHWARZ, 2000, p. 12). No que diz respeito à nossa temática, é o caso de dizer que o romance machadiano representa

as particularidades nacionais, contestando-se, com essa leitura, o ponto de vista antimimético.

Na obra a que estamos aludindo aqui, Schwarz dedica-se especialmente a Memórias póstumas, em que a forma literária, isto é, a regra de composição da narrativa, estilizaria uma conduta própria à classe dominante do país. Em Machado, continua Schwarz, o artifício retórico e a insinceridade do narrador-personagem de *Memórias Póstumas* fariam o efeito de uma nudez indiscreta, com o que se revelaria a intenção de manipular as aparências. Em tudo isso, a realidade em forma figurada vê-se deslocada para o ato de representar (SCHWARZ, 2000, p. 23). A realidade e a representação, portanto, em *Memórias póstumas*, se imbricariam uma na outra.

No exame das vozes que são orquestradas na “música” de Machado, por outro lado, Schwarz destaca a volubilidade do narrador e o constante desrespeito de alguma norma. Desde a abertura do romance, lembra Schwarz, mostra-se um narrador personagem que dispõe de toda a tradição ocidental e que opera uma constante desidentificação de si mesmo, adotando sistematicamente novos papéis para logo em seguida descartá-los. Schwarz destaca a presença dessa volubilidade sustentando que “[...] a volubilidade é o princípio formal do livro.” (SCHWARZ, 2000, p. 31). O autor defende a tese de que a volubilidade do narrador e a série de abusos que opera explicita a feição de um movimento que a circunstância histórica facultava à camada dominante brasileira (SCHWARZ, 2000, p. 35).

Em relação à circunstância histórica em que se passa a narração, Schwarz destaca que a emancipação política do Brasil teve caráter conservador, apesar da pretensão de respirar a nova ordem vinda da Europa. As conquistas liberais da Independência não afetaram o complexo socioeconômico gerado pela exploração colonial: a dinâmica e a lógica que envolvi-

am a relação entre o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação, permaneciam assim iguais mesmo em um contexto mundial transformado. Ao contrário das práticas, porém, o plano das ideias tinha se alterado, de modo que as ideias modernas do Estado nacional, do trabalho livre, da liberdade de expressão e igualdade perante a lei ganhavam força e conviviam em estranha harmonia com a prática concreta da dominação pessoal direta. Desse modo, a industrialização, sobretudo inglesa, que pautava a consciência do século, andava por aqui de braços dados com a persistência do sistema produtivo do período colonial (SCHWARZ, 2000, p. 36).

Para Schwarz, as mudanças no cenário mundial invertiam os valores políticos, de modo que o positivo de antes se passava agora como nefasto e retrógrado. No Brasil, entretanto, o juízo das coisas seguia em uma direção discrepante, visto que o tráfico de africanos continuou por aqui um negócio altamente lucrativo até sua suspensão definitiva em 1850. O mesmo se diga, afirma Schwarz, do ciclo do café, cuja prosperidade se assentava na escravidão e, mais tarde, no trabalho semi-forçado. Desse modo, a recepção brasileira à ordem do capital convivia com modos atrasados de produzir, e mesmo os confirmava (SCHWARZ, 2000, p. 37). O estatuto colonial do trabalho, enfim, persistia entre nós em proveito da classe dominante, a quem muito interessava sua continuidade.

Voltando-se ao texto de *Brás Cubas*, Schwarz defende que a forma do romance reproduz implicações estruturais do quadro histórico do país. A volubilidade que seria, para Schwarz, um caractere decisivo do narrador, espelharia a volubilidade do consumo acelerado e sumário de posturas, ideias e convicções logo abandonadas por outras. O procedimento do narrador, desse modo, atacaria o estoque das aparências esclarecidas e a le-

gitimidade das luzes contemporâneas (SCHWARZ, 2000, p. 40). Trata-se aqui, entende Schwarz, de um procedimento característico da classe dominante brasileira, ansiosa por absorver a cultura do tempo para, em seguida, aclimatá-la ao país, o que significava associá-la, em que pese as contradições, ao instituto da escravidão. Essas razões-de-ser antagônicas inquietam e seriam fatores de desidentificação de si. Ora, se tirarmos, sugere Schwarz, os condicionantes históricos, teríamos então a solução machadiana, em que ganha destaque a avidez e a indiferença de fundo no que se refere às novidades do espírito, assim como a rapidez e a abrangência das reviravoltas. Por outro lado, destaca ainda Schwarz, a volubilidade inclui sempre algo de desrespeito, acrescido de satisfação de amor-próprio, trazendo à tona os traços da afronta. Seria para o autor a mesma lógica presente na articulação da escravidão com a ilegalidade (SCHWARZ, 2000, p. 41). A elite, enfim, queria participar do progresso e da ilustração, mas sem renunciar aos regimes antiquados de sempre.

A volubilidade de Brás Cubas, pois, na leitura de Schwarz, ilustra ou representa uma problemática nacional, mesmo quando ela não está propriamente explicitada. Tratar-se-ia aqui das propriedades de um dispositivo literário que usa uma linguagem própria, mas cuja articulação interna transcreve e expõe um destino histórico (SCHWARZ, 2000, p. 47). Dito de outro modo, o procedimento literário de Machado punha a vida do espírito em coordenadas compatíveis com a realidade nacional, procedimento cuja “[...] justeza mimética passou a ser efeito do rigor construtivo.” (SCHWARZ, 2000, p. 57).

Desse modo, o enredo das *Memórias*, sustenta Schwarz, ancora-se na história nacional, representando a história do país em chave inconformista, mesmo que prudentemente cifrada e, por isso, reservada a leitores

mais atentos (SCHWARZ, 2000, p. 76). Isso teria sido feito sobretudo pela volubilidade do narrador, inseparável para Schwarz do discernimento social-histórico de Machado. Assim, o narrador esconderia atrás de si, de seu discurso revoltante, “[...] a cena moderna da luta social generalizada.” (SCHWARZ, 2000, p. 104). De acordo com isso, as cenas em que entram escravos condenam a ordem social do país e a impregnação escravista da classe alta, tornando o cativo visível em sua humanidade.

Brás Cubas possuiria, pois, uma fisionomia *de classe*. Assim, a pertinência da prosa, do elenco e da composição se deveriam ler a partir daí. Se assim é, os meios artísticos de que se vale o escritor evidenciam um papel de combate. Faz-se visível aí um complexo de articulações históricas escandalosas, que no romance estão esparsas e em segundo plano, mas ainda assim delineando coordenadas.

Na perspectiva de Schwarz, pois, a volubilidade narrativa conferiria generalidade à forma e o primeiro plano aos intoleráveis relacionamentos de favor. Assim, sairia de cena o narrador constrangido dos primeiros romances e entraria a desenvoltura da segunda fase, em cuja contravenção sistemática está representado um dado da situação da elite. Em tudo isso haveria, diga-se ainda, um vínculo entre as questões da forma literária no romance machadiano e a mudança de classe social do escritor, revelador também da mudança de perspectiva de Machado em relação a seus primeiros romances: “[...] o ponto de vista troca de lugar, deixa a posição de baixo e respeitosa pela de cima e senhorial, mas para instruir o processo contra esta última.” (SCHWARZ, 2000, p. 227).

Para Schwarz, portanto, a técnica narrativa das *Memórias póstumas* encontra-se conjugada ao destino ideológico da organização social brasileira: representação literária e mundo vivido seriam aqui indissociá-

veis. A representação literária, dito de outro modo, não está apartada da história intra e extra-artística. O escritor estaria trabalhando sob um substrato que excede a literatura, substrato ao qual, para Schwarz, se deve a força e a felicidade da forma.

Por fim, afirma Schwarz que, em tudo isso, o procedimento artístico de Machado se coloca deliberadamente em questão, como se fosse também parte daquilo que está em questão. Isso, porém, não porque a literatura deva tratar de si mesma, no sentido do formalismo, mas porque na arena inaugurada no século XIX, tendo como instância última o antagonismo social, toda representação passava a comportar, entende o autor, pelas implicações de sua forma, um ingrediente político. Isso seria especialmente válido para Machado de Assis, sobre quem Schwarz afirma:

A imitação fiel da desfaçatez da classe dominante brasileira; o sentido agudo de seu significado contemporâneo e efeito deletério; a incerteza completa quanto a seu prazo no tempo e - ousadia suprema - quanto à superioridade da civilização que lhe servia de modelo inalcançado: a este conjunto complexo, de alta maturidade, deve-se a saliência especificamente moderna da forma machadiana, tão nítida e desnortante. (SCHWARZ, 2000, p. 242)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o que fala a literatura? Essa é a questão lançada por Compagnon em *O demônio da teoria* que acompanhou as reflexões que fizemos aqui. O autor coloca em tensão as duas posições antitéticas desde as quais se pode pensar o questionamento: aquela dos adversários da *mimesis* e aquela de seus advogados. Como já sinalizado acima, Compagnon opta por não assentir nem a uma nem a outra posição, entendendo a literatura como um “entre-lugar” entre a representação e a realidade.

Também Chartier entende que a questão da representação – aqui, sobretudo, no contexto do debate em torno da representação histórica – é incontornável, o que para ele, contudo, não reduz os discursos ou as práticas a suas representações e, portanto, não equivale a assumir uma postura cética ou relativista em relação às representações, senão em marcar sua importância e papel social/político. Chartier, por conseguinte, não pretende que a representação traduza com fidelidade a realidade, embora defenda, ao mesmo tempo, que essa mesma realidade é impensável sem as representações que se constroem dela.

Para ilustrar esse debate, expomos o caso do romance machadiano, tal como o leu Schwarz. Nossa leitura entende que, conforme o mostrou Schwarz, a literatura machadiana foi construída em íntima conexão com o contexto social/político do Brasil de então, representando (em tom de crítica) algumas das contradições e ambiguidades da vida do país. Desse modo, se não se pode dizer que na literatura de Machado de Assis a realidade está explicitada em todos os seus contornos, não se pode considerá-la, por outro lado, completamente excluída ou ausente. O referente, pois, da literatura machadiana é o mundo do Brasil de então, embora se possa alegar que não seja o mundo tal e qual, senão o mundo visto mediante sua ficcionalização.

Concluimos, pois, que, em relação à questão levantada por Compagnon, a literatura fala (ou pode falar) do mundo, embora talvez não só do mundo, ou não simplesmente do mundo tal e qual. Ela fala do mundo falando de si mesma, mas, de todo modo, seu referente não se reduz a outros textos com os quais pode dialogar, pois, mesmo quando se pretende “pura”, essa pureza reflete agitações sociais e perspectivas do século, isto é, pontos de vista cujo aparecimento é historicamente datado. Concordamos, por fim, com Compagnon, e entendemos que se a literatura não descreve o mundo como o faz a narrativa

jornalística, o mundo, por outro lado, não está completamente ausente dela, ainda quando é o caso de literaturas fantásticas ou que subvertem o mundo real, como é o caso dos textos de Kafka.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. As memórias do outro – debate do texto. O passado no presente. Ficção, história e memória”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier: as forças das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011. Coleção Grandes Temas, v. 13.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. In: *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier: as forças das representações: história e ficção*. Trad. Pedro Armando de Almeida Magalhães. Chapecó: Argos, 2011. Coleção Grandes Temas, v. 13.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourao. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinhi. In: *Comum*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 5-23, jul./dez. 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico)

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico)

Envio: Setembro de 2023.
Aceito: Outubro 2023.